



**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 7.298/2021**

**PROJETO DE LEI Nº 87/2021**

Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com a Fundação Espirita Allan Kardec, no valor de R\$ 223.152,96, altera o orçamento vigente, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dá outras providências.

(Projeto de Lei de autoria do Sr. Prefeito Municipal Alexandre Ferreira)

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Franca,

**A P R O V A**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, no exercício de 2021, objetivando a manutenção do atendimento do Serviço de Emergência Psiquiátrica, no valor de R\$ 223.152,96 (duzentos e vinte e três mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), com a Fundação Espirita Allan Kardec, inscrita no CNPJ sob número 47.957.667/0001-40.

**§ 1º** O valor previsto no caput será repassado conforme cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho aprovado pelo órgão gestor do Município de Franca.

**§ 2º** O prazo para aplicação dos recursos transferidos de conformidade com este artigo é de 31 de dezembro de 2021 sendo que até o dia 31 de janeiro de 2022, a Fundação Espirita Allan Kardec deverá prestar contas perante a Divisão de Gestão de Parcerias e Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Finanças.



**§ 3º** A prestação de contas referida no parágrafo anterior deste artigo se dará mediante apresentação de toda a documentação exigida nas instruções e resoluções vigentes expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**§ 4º** A Secretaria Municipal de Finanças poderá requerer, a qualquer momento, a apresentação de prestações de contas parciais e periódicas.

**Art. 2º** São condições para que a instituição receba os recursos do convênio:

- I** - estar em dia com a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Município de Franca;
- II** - haver sido declarada como de utilidade pública municipal, observado o artigo 150, da Lei Orgânica do Município de Franca;
- III** - estar com a diretoria devidamente constituída, empossada e em atividade;
- IV** - haver apresentado o Plano de Trabalho à respectiva Secretaria Municipal para execução em 2021;
- V** - estar em acordo com as exigências da Vigilância Sanitária;
- VI** - estar em dia com as contribuições para com a Previdência Social e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- VII** - apresentar os documentos solicitados pela concedente para liberação do recurso.

**Parágrafo único.** A instituição deverá manter atualizada toda a documentação relativa às exigências estabelecidas neste artigo.

**Art. 3º** A liberação dos recursos financeiros, pelo órgão responsável pelas finanças municipais, dependerá de requerimento encaminhado pela instituição beneficiária ao Prefeito, mediante avaliação da instituição e de documentação que comprove as exigências enumeradas no art. 2º desta Lei.

**§ 1º** A Secretaria Municipal de Saúde fará análise e avaliação permanente do cumprimento do Plano de Trabalho aprovado, da



atividade geral da instituição, da validade e documentação exigida e da aplicação dos recursos.

**§ 2º** Nos casos em que as atividades da instituição estiverem enquadradas no campo de atuação de outros conselhos municipais, estes deverão ser periodicamente ouvidos para os fins aludidos no parágrafo anterior.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado, através Secretaria Municipal de Finanças, observadas as disposições das Leis Federais nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000, a proceder a alterações no Orçamento Fiscal de 2021, mediante abertura de crédito adicional **suplementar**, no valor de R\$ 223.152,96 (duzentos e vinte e três mil, cento e cinquenta e dois reais, noventa e seis centavos) na seguinte classificação orçamentária:

**020702 FUNDO SUS**

103022036 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - SUS

2279 BLOCO M.A.C. - Manut.Ativid.Média e Alta Complexidade

33503900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 053000175 TR. CONV.ALLAN KARDEC-EMERG.PSIQUIÁTRICA-1/53/89169-X

**Parágrafo único.** Os recursos para cobertura do crédito adicional autorizado na forma deste artigo são oriundos de anulação no mesmo programa orçamentário, "103022036 Assistência Hospitalar e Ambulatorial - SUS", ação de governo "2279 BLOCO M.A.C. - Manut.Ativid.Média e Alta Complexidade", e categoria "33503900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", na fonte de recursos "053005008 MEDIA/ALTA COMPLEX.-001/53-1/72962-0 e 89169-X".

**Art. 5º** Fica acrescentado às metas físicas de transferências de recursos às entidades, no programa "103022036 Assistência Hospitalar e Ambulatorial - SUS", ação "2279 BLOCO M.A.C. - Manut.Ativid.Média e Alta Complexidade", ano de 2021, nos anexos do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, a transferência referida no artigo 1º desta Lei.

**Parágrafo único.** Os Anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, referidos neste artigo, correspondem aos Anexos "Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos" do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Projeto AUDESP.



**Art. 6º** A transferência prevista nesta Lei, inclusive critérios de apoio à entidade, metas de atendimentos e respectivos valores, observando o art. 26 da Lei Federal Complementar nº 101/2000, ficam incluídos no Anexo "*Demonstração da Previsão de Transferências às entidades sem fins lucrativos*", da Lei Orçamentária, e no Anexo "*Demonstrativo das entidades do terceiro setor*", da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 7º** As despesas com a execução da presente Lei correm à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Franca, 29 de junho de 2021.

---

**CLAUDINEI DA ROCHA**  
Presidente

---

**GILSON PELIZARO**  
Vice-Presidente

---

**ILTON FERREIRA**  
1º Secretário

---

**LURDINHA GRANZOTTE**  
2ª Secretária